



Diálogos Governança



Newsletter do Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais

TERÇA-FEIRA | 05 DE OUTUBRO DE 2021 | NÚMERO 003 | EDITORES: EGÍDIO P. GUAMBE, DOMINGOS M. DO ROSÁRIO & EDUARDO J. SITEO | PORTUGUÊS

ESPECIAL: ESTUDOS DE RECONSTRUÇÃO PÓS-CONFLITO

RECONSTRUÇÃO ADMINISTRATIVA DO EXTREMO NORTE DE MOÇAMBIQUE:

O ESTADO NUNCA SE AFIRMOU COMO AUTORIDADE LEGÍTIMA NAQUELA REGIÃO

Egídio Guambe

PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM).

1. Introdução

O início da agressão militar no extremo norte de Moçambique, em 2017, multiplicou pesquisas e opiniões sobre as variáveis explicativas das acções contra o Estado e suas populações¹. Num momento em que o país esperava colher resultados significativos do sector extractivo, encorajados pela descoberta de grandes quantidades de jazigos de gás natural na província de Cabo Delgado, todos sectores foram surpreendidos com a eclosão de um conflito feroz e impiedoso.

Neste período, alguns estudiosos sobre conflitos militares moçambicanos, estavam empenhados em trazer para o debate, uma nova perspectiva sobre a guerra dos 16 anos e que tinha oposto a guerrilha de Renamo contra o Estado Moçambicano. De facto, desde 2015, um projecto de estudo sobre a guerra civil sob a direcção de Eric Morier-Genoud, Michel Cahen e Domingos M. do Rosário estava em curso e que viria a resultar, mais tarde, na publicação de um livro, em 2018². Quando era esperado se abrir um outro ângulo de debate e entendimento das motivações da guerra civil³, o espaço público começou a ser ocupado por relatos de ataques perpetrados por actores pouco conhecidos, posteriormente denominados “insurgentes” ou ainda “MaShaababes”⁴.

Na verdade, o conflito entre a guerrilha da Renamo e Governo da Frelimo tinha ressurgido em 2012, com intensidade variada⁵ e contornos internos

1 S. Habibe, S. Forquilha e J. Pereira, *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique. O Caso de Mocímboa da Praia*. Caderno do IESE n.º. 17. Maputo: IESE, 2019; E. Morier-Genoud “The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning”. *Journal of Eastern African Studies*, vol.14 n.º 3. 2020, pp. 396-412. W. Benhard, “Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique: Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz”, *Cadernos IESE* n.º 19P, Maputo: IESE, 2020.

2 E. Morier-Genoud, M. Cahen & D. M. Rosario, *The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*. Londres: James Currey 2018.

3 B. Machava, “The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992”. *Canadian Journal of African Studies*, vol.55 n.º 2. 2021, pp. 428-430.

4 S. Chichava, “Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado”, *Cadernos IESE* n.º 18E, IESE, Maputo, 2020.

5 C. Darch *The Mozambican conflict and the peace process in historical perspective: a success story gone wrong?* Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.

O LADO CIRCULAR DA VIOLÊNCIA POLÍTICO-MILITAR E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

PÁG. 5

Eduardo J. Siteo

PROFESSOR ASSOZIADO DO DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM).

COMO GERAR ELEIÇÕES ISENTAS DE CONFLITOS EM MOÇAMBIQUE?

POR UMA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA ELEITORAL

PÁG. 7

Julião Alar

MESTRANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO
SCIENCES PO BORDEAUX

dentro da Renamo, que tinham originado o surgimento da Junta Militar da Renamo⁶, depois da morte de Afonso Dhlakama, em 2018. As dinâmicas militares e políticas deste conflito, porém, ficaram relativamente pouco mediatizadas em resultado do desenvolvimento dos ataques extremistas, dos ditos insurgentes, no extremo norte.

O conflito no extremo norte não suscitou logo grande interesse de pesquisas por parte de estudiosos para testar as diferentes perspectivas até então defendidas para entender as guerras em Moçambique. Aliás, as autoridades públicas não assumiram de imediato a seriedade deste conflito, tendo-se refugiado na produção de narrativas de minimização da violência provocada pelos insurgentes. Algumas perspectivas, que exploram a dimensão religiosa dos conflitos, tentaram, de forma tímida, analisar a situação, sem nunca associar o conflito com uma organização bem estruturada⁷. Em parte, a ausência de um interlocutor e de uma comunicação clara dos atacantes pode ter contribuído para que não

6 A. Vines, *As perspectivas de um acordo sustentável entre as elites em Moçambique: à terceira é de vez?* London: Chatham House, 2019.

7 L. Bonate, *Islamic Insurgency in Cabo Delgado: Extractive Industry, Youth Revolt and Global Terrorism in Northern Mozambique: a hypothesis*, (s.d), University of the West Indies, 2018. L. Bonate, “Comments: the islamic side of the Cabo Delgado crisis”, *Zitamar*, 19 de junho 2018; F. A. Santos, “War in resource-rich northern Mozambique – Six scenarios”, *CMI Insight*, 2020.



Siga-nos em: facebook.com/UEMDCPAP

Link DCPAP: <http://www.flcs.uem.mz/index.php/departamentos-administrativos/deptos-academicos/dcap>

fosse possível construir um discurso bem estruturado sobre o conflito. Ademais, as autoridades públicas recusam-se declarar a situação como “Estado de guerra”.

Os primeiros estudos⁸ a assumirem uma certa postura vigorosa sobre o processo usaram, até certo ponto, a abordagem antropológica que tinha sido inaugurada nos anos 1980 para entender as razões da afirmação da rebelião da Renamo, sobretudo na província de Nampula⁹. Grosso modo, a variável social-económica (incluindo religiosa) encontrou espaço para explicar a adesão ao extremismo contra o Estado e suas populações. Aliás, de acordo com esta perspectiva, a tendência seria de alastramento por toda região norte, sobretudo entre as províncias de Niassa e Nampula, muitas vezes apresentadas como zonas de recrutamento. Paulatinamente, registou-se a multiplicação de estudos que seguiam a explicação social, nomeadamente: questões de integração, inclusão económica, acesso ao emprego, desigualdades de acesso aos recursos da indústria extractiva, o capital internacional, dentre outros¹⁰.

Estas pesquisas, esforçando-se em ler uma realidade emergente, parecem terem marginalizado o ângulo referente à capacidade do Estado de se impor, como actor legítimo na gestão da sociedade¹¹ naquela região. Se é verdade que a variável social-económica foi sempre apresentada como resultado da fragilidade do Estado, este nunca foi estudado pelo ângulo da sua afirmação como força coercitiva e de produção de “dispositivos de dominação”¹². O Estado, com efeito, se define também pela sua capacidade de produzir ferramentas de dominação de modo a maximizar a sua “chance de encontrar indivíduos (sociedade) predispostos a o obedecer”¹³. Dito de outra forma, a preparação do espaço de exercício de poder de Estado significa combinar o binómio dominação/submissão, assim como a ordem/obediência. No entanto, os estudos acima citados centraram-se apenas na dimensão de submissão e obediência, deixando de parte a natureza, a dimensão ordem/obediência que confere a afirmação coercitiva do Estado na região. E, finalmente, não se sabe como é que historicamente se construiu uma representação de Estado na região, ou seja, o que as populações entendem/percebem sobre o Estado e o que os motiva a se rebelar ou a apoiar a rebelião contra Ele¹⁴.

Ler o conflito no norte, através deste ângulo, parece estimulante para entender as transformações dos modos e das modalidades de governar/*governance*, as construções recíprocas entre o Estado e a sociedade, os divórcios e as fragilidades da sua relação. Esta perspectiva parece a mais fecunda para reflectir sobre reorganização do Estado na região, numa altura em que os avanços militares estão a restabelecer a ordem, pelo menos, do ponto de vista de afastamento dos ditos insurgentes.

Resumidamente, explorou-se o seguinte: (i) uma perspectiva histórica da sociologia política de afirmação da autoridade do Estado na região norte, que inclui, Niassa e Cabo Delgado. Isso fez-se através de um recuo desde o período da instauração do aparelho administrativo colonial para mostrar as deficiências da trajetória de imposição da força do Estado (ou dos seus dispositivos de dominação) e que podem ter contribuído para facilitar a estruturação e a aceitação de uma rebelião (social) contra Ele. (ii) Em seguida, propõem-se algumas pistas de reflexão em termos de políticas (ferramentas) de organização do Estado para a reafirmação de seu aparelho administrativo, de negociação de força de dominação da sociedade, ou seja, de construção social da *chance* de aceitação como entidade social de gestão comum - única capaz de exercer a violência legítima.

2. As dificuldades de afirmação da dominação do Estado no extremo norte: a trajetória frustrada de implantação de instrumentos de dominação

Para apreender as dinâmicas de relações entre o Estado e a sociedade na região extremo norte de Moçambique é necessário fazer um recuo para a época da tentativa de afirmação do aparelho administrativo colonial. Existem variáveis, no “tempo longo”¹⁵, que participam na estruturação desta relação e podem ser fundamentais para explicar a (in)capacidade do Estado de se impor, como actor legítimo de gestão da sociedade. A cultura administrativa, isto é atitudes, crenças e representações por parte da sociedade tanto em relação a administração, assim como sobre o Estado, é uma construção social no tempo. Há, na história de Moçambique, três momentos importantes que permitem perceber as tentativas de territorialização do Estado no norte de Moçambique, nomeadamente: (i) a administração da companhia do Niassa; (ii) a instauração do aparelho administrativo colonial; e (iii) instauração do Estado pós-colonial, incluindo as suas tentativas de reformas.

2.1. O insucesso da implantação da administração da Companhia do Niassa

As primeiras tentativas de montagem de um aparelho administrativo em Moçambique foram resultado de uma obrigação de materializar uma colonização efectiva por parte de Portugal na sequência da Conferência de Berlim (1884-1885)¹⁶. A fraca capacidade capitalista e administrativa de Portugal na altura ditou que houvesse uma cartografia diferenciada na dominação do território. O norte foi confiado a uma companhia majestática (de capitais não portugueses), a Companhia de Niassa (as actuais províncias de Niassa e Cabo Delgado). Na verdade, não existiu uma Companhia de Niassa única, ela conheceu configurações variadas (*Ibo Syndicate*, *Ibo Investment Trust*, *Nyassa Consolidate*) de acordo com os capitais estrangeiros investidos. Numa região que conheceu uma presença portuguesa tardia¹⁷, se comparada com a região de Sofala; (seculo XVI) ou ainda o sul, com o fim de império de Gaza 1895/97, o exercício da companhia foi reduzido a uma tentativa de instaurar uma ordem colonial. As dificuldades de implantação associadas às fragilidades financeiras inviabilizaram a possibilidade de a companhia instaurar uma máquina administrativa na região. O compromisso principal de construção do caminho-de-ferro de Porto Amélia (Pemba) para Niassa, por exemplo, nunca foi concretizado¹⁸. As actividades da companhia concentraram-se finalmente na cobrança dos impostos, designadamente, o imposto de palhota, a ponto de fazer disso uma obsessão¹⁹. O imposto de palhota foi mais agressivo no norte de Moçambique do que noutras regiões do país. Havia aqui um paradoxo. A companhia do Niassa não desenvolvia actividades remuneráveis que servissem de base de rendimento, que permitissem as pessoas terem dinheiro para pagar impostos. A obsessão pelo imposto participou, contrariamente ao esperado, na aceleração dos níveis de migração das populações para os países vizinhos, em particular para a Tanzânia e Quênia. Estima-se entre 3.000 a 5.000 pessoas emigravam anualmente para a Tanganyika²⁰. Se a Companhia do Niassa logrou preservar a soberania portuguesa e permitiu que o território sob sua gestão fosse reconhecido internacionalmente²¹, ela não foi capaz de instaurar o reconhecimento administrativo. Ou seja, não construiu dispositivos administrativos de aceitação do Estado colonial²².

8 S. Habibe, S. Forquilha e J. Pereira, *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique. O caso de...* op. Cit.;

9 Ch. Geffray, *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*. Paris : Karthala, 1990.

10 M. Correia, “Capitalismo e Terrorismo em Cabo Delgado: violência como linguagem”. *Revista Síntese*, vol. 9, n.º. 18, pp. 60-76.

11 M. Weber, *Économie et Société/1. Les catégories de la sociologie*. Paris : Pocket, 2008.

12 M. Foucault, *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 2008; P. Lascoumes & P. Le Gales, *Gouverner par les instruments*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 2004.

13 M. Weber, *Économie et Société/1. Les catégories de la sociologie. Op. cit.*

14 Mesmo que a pobreza seja uma estrutura de oportunidade para desenvolver vingança contra a autoridade pública, ela o é se não for tratada como uma política pública, ou seja, como instrumento através do qual o governo produzi a sua dominação, incluindo, portando planos de sua gestão. A pobreza é também um potencial instrumento de governação.

15 F. Braudel « Histoire et Sciences sociales : La longue durée », *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*. 1958, 13e année n.º 4. pp. 725-753; .

16 M. Newitt, *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

17 Até 1890, a presença portuguesa na região estava reduzida a quatro pequenos postos militares e alguns soldados. Contavam-se 37 soldados no Ibo, um pequeno número em Palma, Mocimboa da Praia e Quissanga. Vide Y. Adam “Mueda, 1917-1990 : Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento”. *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*. 1993 n.º 14. p. 3-102.

18 B. Neil-Tomlinson, “The Nyassa chartered company : 1891-1929”. *The Journal of African History*. vol.18 n.º 1., 1977, pp. 109-128.

19 M. M Santos, “An “obsessive idea” - Native Taxation in Northern Mozambique (1926-1945) », *CEAUP - Working Papers*. 2007.

20 E. Alpers “ “To Seek a Better Life:” The Implications of Migration from Mozambique to Tanganyika for Class Formation and Political Behavior”. *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, vol.18 n.º 2. 1984, pp. 367-388.

21 B. Neil-Tomlinson, “The Nyassa chartered company : 1891-1929”. *Op. cit.*

22 E. Guambe, *Renegociar a centralidade do Estado em Moçambique. Municipalização na Beira, em Mueda e em Quissico*. Coimbra: MincervaCoimbra. 2019.

2.2. Fraqueza administrativa portuguesa e insubmissão do norte

Quando em 1929, os direitos de exploração pela Companhia de Niassa expiraram, o Estado Português (na época de Salazarismo) recusou renovar. Nesta altura, o norte de Moçambique ainda não estava totalmente pacificado e algumas partes da região não tinham conhecido nenhuma administração colonial. A administração colonial portuguesa herdou uma estrutura precária de relação com as populações e sem um mínimo de aceitação do Estado. Apesar de algumas tentativas de reforma e cooptação/criação de autoridade gentílicas²³, rapidamente a administração local portuguesa se mostrou incapaz de fazer uma gestão relativamente legítima naquela parte do país. As migrações continuaram e se tornaram o principal imaginário das populações, dado que eram sobretudo os migrantes que desenvolviam actividades de algum rendimento, tal foi o caso de Lázaro Nkavandame²⁴. Nem o sistema administrativo da Companhia do Niassa nem o do Estado Português permitiram a construção da legitimidade das autoridades portuguesas na região. Aliás, progressivamente, algumas figuras coloniais instauradas foram perdendo importância aos olhos da população indígena e formando uma escola de contestação do sistema colonial, sobretudo a partir da dinâmica migratória como resultado directo da dificuldade e violência aplicada. Quando ocorreu, por exemplo a *banja* de Mueda, em 1960, que resultou num massacre, o sistema colonial Português na região não tinha capacidade de controlar a rebelião. Esta situação, obviamente funcionou como estrutura de oportunidade para acomodação do início da contestação colonial e desenvolvimento dos movimentos de libertação.

2.3. Da administração das zonas libertadas ao afastamento decisório

A gestão directa portuguesa da região durou apenas três décadas desde o fim da Companhia do Niassa (1929) ao início oficial da luta armada de emancipação colonial (1964). A entrada da Frelimo na região foi colhida com algum sucesso. À medida que os colonos abandonavam o território, a Frelimo organizou a população nos espaços vazios do poder colonial, “zonas libertadas”. A articulação entre a população e a Frelimo nessas “zonas libertadas” constitui o embrião da imaginação política pós-colonial²⁵. No conceito, o Estado pós-colonial surgiria do alargamento da confluência entre os diversos actores à imagem da experiência das zonas libertadas²⁶. Com efeito, o contexto de auto-defesa necessária contra os bombardeamentos e operações militares portuguesas, assim como a vontade de emancipação da exploração colonial produziu uma adesão às propostas de administração da Frelimo, o que dissimulou uma certa legitimidade dos dispositivos do Estado em construção. Na verdade, houve uma aceitação em função do desenvolvimento da própria guerra. Os dirigentes da Frelimo em aliança com certas elites locais, “aliança de conveniência”, ficaram confortados com o sentimento de que a simpatia da população reflectia a sua adesão ao seu projecto político, o que veio a não se concretizar completamente²⁷. Houve, na verdade, o que alguns autores chamaram de “mal-entendido”²⁸. A confluência conjuntural de interesses não continuou depois da guerra de libertação. Assim, depois da transformação das zonas libertadas em “aldeias comunais”, os camponeses desconfiavam do projecto de organização proposto pela Frelimo²⁹. Com efeito, os centros de decisão depois das zonas libertadas tinham-se afastado dos lugares de execução, as decisões já não eram mais

fruto de discussões locais, mas provinham de orientações irreversíveis³⁰. As dinâmicas de instauração da administração no norte, se basearam nas alianças clientelistas com uma certa elite que tinha acomodado o desenvolvimento da guerra de libertação na região³¹ em detrimento de outras cujo modelo de organização social não se conformava com as ideias das elites políticas centrais.

3. Governação por intermediação e a quebra de compromisso do Estado com a população?

A gravitação da formação do Estado pós-colonial no extremo norte do país, sobretudo para a província de Cabo Delgado, foi imaginada em termos de recompensas clientelistas. A narrativa popular para aquela província, com efeito, não deixa de estar associada, até nos dias de hoje, ao envolvimento de uma parte da elite (relativamente formada nas missões católicas do período colonial) na guerra da luta de libertação, com o controlo político da província. A cartografia eleitoral não cessa de mostrar o quanto os resultados eleitorais do partido no poder naquela região são associados a forte presença de uma elite local no topo do partido governamental³². Com efeito, o projecto político pós-colonial para a região desenvolveu-se numa perspectiva paternalista, até certo ponto, asfixiante, na medida em que se baseou numa tendência de redistribuição clientelista do poder entre o Estado e elite da região, em particular aquela que tinha participado na luta anti-colonial. Este mecanismo configurou-se sobretudo em dois mecanismos: o primeiro na base de alianças facilitadas pelas ajudas ao desenvolvimento (com um *boom* de ajuda internacional, que inclui a instalação de ONGs e actores internacionais)³³. Uma segunda, na base de uma incorporação das elites locais na estrutura administrativa do Estado³⁴ sobretudo ao nível local. Foi sobretudo a partir desta última abordagem que se pretendia mobilizar a elite local, como factor estruturante da relação na região, sobretudo Niassa e Cabo Delgado, com as dinâmicas da formação do Estado. Elites políticas originárias da região foram identificadas como “corretores” da integração da região no projecto do Estado. E, por via disso, a estrutura administrativa embrionária seria pilotada a distância por esta elite intermediária já instalada no centro do poder. No entanto, esta via, muito rapidamente, foi perdendo relevância. Aos poucos, registou-se uma ruptura entre as elites originária da região no topo da Estrutura do Estado e as locais. As reformas neoliberais e as “privatizações silenciosas”³⁵ viriam agravar a situação, originando o que Harry West denominou de “carnificina social” para se referir, grosso modo, ao entendimento popular de que a elite tinha se transformado em exploradora e os tinha abandonado³⁶. As dinâmicas de democratização, sobretudo a descentralização, associadas com o exacerbar do clientelismo, corrupção e enriquecimento substancial e rápido das elites originárias da região e suas famílias foram interpretadas pelas populações locais como um abandono do Estado³⁷. Finalmente, o projecto de instauração do Estado ou, pelo menos, a preparação de instrumento de dominação na região não logrou instaurar a sua legitimidade mantendo a região propensa a contestação da autoridade do Estado. O contexto actual de conflito no extremo norte parece ser fecundo para um novo questionamento sobre os dispositivos de negociação da autoridade legítima do Estado na região de Niassa e Cabo Delgado.

23 F. Rosas, *O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994; “Traditional Power and its Absence in Mecúfi, Mozambique”. *Journal of Contemporary African Studies*, vol.20 n° 1. 2002 pp. 107-130.

24 A. Yussuf A. M. Gentile, “O movimento dos Liguilnilu no planalto de Mueda 1957-1962”. *Estudo Moçambicano*, n° 4. 1983, pp. 41-75. L. A. Chavana Jr. *Alguns impactos políticos da emigração das populações da circunscrição dos Macondes para Tanganyika: Lazaro Nkavandame, um estudo de caso, 1955-1960*, mémoire de licence en histoire. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2006.

25 A. Bragança, *A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane [Oficina de História], 1983.; A. Bragança, “O marxismo de Samora”. *Cadernos de História: Boletim do departamento de história de UEM*, n° 5.1987, pp. 4-12.

26 E. Macamo, *A Transição Política em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2004.

27 J. Cabrita, *Mozambique: the tortuous road to democracy*. New York: Palgrave, 2002.

28 L. de Brito *Le Frelimo et la construction de l'État National au Mozambique. Le sens de la référence au Marzisme (1962-1983)*, Thèse doctorat. Paris: Université de Paris VIII, 1991.

29 M. Bowen *The state against the peasantry: rural struggles in colonial and postcolonial Mozambique*. Charlottesville: University Press of Virginia, 2000.; A. de Bragança, *A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado*. Op. cit.

30 M. Bowen *The state against the peasantry*. Op. cit.

31 E. Guambe, *Renegociar a centralidade do Estado em Moçambique...* Op. cit.

32 B. Mazula, *Moçambique eleições democracia e desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group, 1995.

33 B. Lachartre, « Qui a peur des ONG au Mozambique? La relance d'une controverse », *Lusotopie*. 2002 n° 1. p. 161-169.

34 West, Harry G. *Kupilikula: governance and the invisible realm in Mozambique*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

35 G. Harrison, “Corruption as “Boundary Politics”: The State, Democratization, and Mozambique’s Unstable Liberalisation”. *Third World Quarterly*, vol.20 n° 3, 1999, pp. 537-550.

36 A narrativa local sobre a descentralização, de acordo com Harry West, foi entendida como o abandono da população por parte do Estado. A população passava a eleger os seus governantes e iria se gerir sem mais contar com alguma interação com o Estado. H. West “Governem-se vocês mesmos! democracia e carnificina no norte de Moçambique”. *Análise Social*. n° 187, 2008, pp. 347-368.

37 *Ibid.*

4. Restauração administrativa numa cartografia diferenciada

Desde o ano de 2017, o extremo norte do país é vítima de ataques que causaram mortes e destruição de infraestruturas administrativas do Estado e de bens privados. Por algum período, partes do território ficaram “sem Estado”. A polícia e a Administração dos distritos de Mocimboa da Praia, Macomia e Muidumbe se refugiou para a cidade de Pemba. A reorganização das forças armadas de Moçambique e o apoio recebido de diversos quadrantes para debelar o inimigo trouxeram a esperança do regresso a paz e a normalidade para as populações, que se viram forçadas a abandonar os seus habitats naturais. Se o retorno da normalidade pela força militar parece estar a ganhar espaço, é preciso que este se associe com uma restauração da administração pública, que combine a sua dimensão assistencialista através de provisão de serviços públicos, sobretudo de reconstrução, mas também uma afirmação de dispositivos de dominação definitiva do Estado nesta região (não só a região que esteve sob domínio dos insurgentes, mas também em outras partes do país se bem mapeadas). Para esta reflexão tem-se duas perspectivas, que parecem estimulantes, sobretudo tendo em conta a histórica deficiente de afirmação legítima da autoridade de Estado na região.

4.1. A política de emancipação do Estado

Como argumentado acima, a política pós-colonial de construção de Estado na região baseou-se muito nas alianças dos tempos de luta de libertação anticolonial. Com efeito, para um período embrionário, logo a seguir a descolonização, os antigos combatentes, que tinham permitido avanços da luta, eram actores legítimos e importantes para a implantação do Estado. Com o tempo, as dinâmicas locais conheceram mutações consideráveis, que não mais se encaixavam nas intermediações destes. As próprias elites foram se apropriando das linguagens da acumulação de capital económico e, muitas vezes, se aproximando mais ao capital transnacional, como têm sublinhado os estudos do sector extractivo³⁸, do que com a realidade social local. Na verdade, estes actores serviram como pontos de encontro e de negociação do Estado, mas converteram-se também em proprietários de exploração de recursos locais³⁹. A sua legitimidade vis-à-vis a uma nova realidade local foi se deturpando e se divorciando com novas dinâmicas. Por exemplo, se estas elites de intermediação eram legítimas para uma população que tinha vivido o sofrimento colonial e eram vistas como tendo desempenhado um papel importante na sua emancipação, os tempos mudaram. A população com menos de 40 anos, que não viveu a experiência colonial, e mesmo a de menos de 25 anos, que não conheceu a intensidade do conflito da Renamo e Frelimo, representa a maioria. Esta faixa etária é menos receptiva à ordem definida por meio de intermediação de uma pequena elite com ligações ao Estado ao nível central e seus aliados ao nível local.

Num contexto de desemprego e de dificuldades de inserção económica, os problemas de mudança das abordagens e das relações com as autoridades públicas estão cada vez menos relacionados com a história política da participação da região nos diferentes conflitos. Numa região em que a autoridade do Estado sempre foi precária, o estabelecimento da estabilidade da afirmação do poder de gestão da sociedade pelo Estado depende muito da capacidade deste se emancipar dos actores de intermediação que se apresentam com baixos níveis de legitimidade perante uma população que sente as dificuldades diárias de sobrevivência. Tal depende de uma reflexão profunda de imaginação dos modos de negociação da centralidade do Estado imiscuído nas bibliotecas locais do imaginário colectivo.

4.2. A descentralização como oportunidade de instauração de um Estado forte

O regime da descentralização em Moçambique ainda é incipiente. Grande parte da sua empregabilidade é apenas de ordem partidária, e está virado para o controlo e distribuição do poder, sobretudo entre a Frelimo e a Renamo. No entanto, ao rigor da aplicação do significado da descentralização, ela não se limita a transferência marginal de

competências centrais para o nível local. A descentralização é, no sentido que aqui se atribui, uma política de formação do Estado⁴⁰. Ou seja, a descentralização é um dispositivo através do qual o Estado incorpora as dinâmicas locais para flexibilizar a sua afirmação como empresa de gestão da sociedade. Nestes termos, ela é, por excelência, o instrumento através do qual o Estado pode se tornar vernacular⁴¹, ou seja, tomar a linguagem local e se configurar como o ente superior de gestão das expectativas locais, portanto, governar. Com efeito, contrariamente ao que tem sido a implementação universalizada e uniformizada da descentralização, ela deve permitir a diferenciação de acordo com as dinâmicas de cada contexto. O Estado, não se afirma em todo território de forma igual e nem tem que aplicar os mesmos dispositivos para todos lugares, ele deve se diferenciar de acordo com as dinâmicas do contexto⁴².

A cartografia da histórica do Estado em Moçambique permite sugerir uma territorialização diferenciada. Do exposto acima, é evidente que a região do extremo norte do país precisa de um Estado vigoroso que se faça apropriar pelas práticas autóctones, no sentido de local. O Estado forte deve ser entendido como aquele que incorpora as aspirações locais e as converte em potencial da sua própria afirmação. O “*leviata*”⁴³ só se constrói assim que as próprias populações o reproduzem como tal. Assim, a restauração administrativa na região do extremo norte do país deve não apenas se informar pelas dinâmicas históricas da tentativa de afirmação da autoridade do Estado na região, como deve igualmente estudar pequenas práticas banais que estruturam os compromissos colectivos. O que seria um Estado em Palma? O que imagina a população que seja um ente de sua protecção onde existe uma multinacional? Em breve, o Estado deve construir a sua musculatura combinando uma docilidade e uma força coercitiva, que configure a sua legitimidade.

5. Conclusão

Os ângulos de estudo do conflito militar no extremo norte de Moçambique vêm-se multiplicando. A complexidade do objecto parece suscitar que existam diferentes leituras para o seu entendimento. Este ensaio centrou-se nas dinâmicas de construção da autoridade do Estado na região. Sustentou que este enfrenta naquela região uma dificuldade histórica da sua afirmação. Desde o período das primeiras tentativas de instauração do aparelho administrativo pelo Estado colonial português, através da delegação ao direito da Companhia do Niassa, a região nunca logrou a estruturar uma relação estável com as autoridades públicas estatais. O Estado colonial, naquela parte do país, não conseguiu instaurar um dispositivo que o legitimasse.

O Estado pós-colonial foi enganado por uma intermediação clientelista e paternalista, o que não lhe permitiu elaborar ao longo do tempo um projecto sustentável para a sua afirmação. Na dificuldade de estabelecer instrumentos de dominação associado às práticas de sobrevivência quotidiana, esta região, assim como outras do país, se desenvolvem como uma estrutura de contestação da autoridade do Estado. Assumindo esta postura, o texto termina a propor duas vias de restauração administrativa e de procura incessante da legitimidade do Estado na região. De um lado, estabelecer um projecto de emancipação do Estado de sua instrumentalização por uma elite local clientelista e acomodada na estrutura do Estado e que o explora como plataforma de realização dos seus interesses e, por outro lado, aproveitar o debate de descentralização para estruturar uma política de afirmação diferenciada do Estado de acordo com as demandas de cada espaço. Assim, um local como o norte necessita mais da implantação de instrumentos de dominação, do que de políticas sociais redistributivas e clientelistas.

38 C-N, Castel-Branco. « Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains », *Review of African Political Economy*. 2014, vol.41 n° 1. p. 26-48.

39 J. Macuane, L. Buur, & C. Monjane. « Power, conflict and natural resources: The Mozambican crisis revisited », *African Affairs*. 31 juillet 2017. p. 1-24.

40 E. Guambe, *Renegociar a centralidade do Estado em Moçambique. Municipalização na Beira, em Mueda e em Quissico*. Op. cit.

41 B. Malinowski, *Les Argonautes du Pacifique occidental*. Paris : Gallimard, 1989.

42 C. Boone, *Political topographies of the African state: territorial authority and institutional choice*. Cambridge, UK; New York : Cambridge University Press, 2003.

43 F. Geledan, « Spectres du léviathan : l'État à l'épreuve de la simplification administrative (2006-2015) », *Revue française d'administration publique*, vol.157 n° 1. 2016, pp. 33.

O LADO CIRCULAR DA VIOLÊNCIA POLÍTICO-MILITAR E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Eduardo J. Siteo

PROFESSOR ASSOZIADO DO DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM).

1. Um modelo para estudar as bases de conflitos

A ocorrência da violência pode ser atribuída a factores externos como resultado da agressão aberta, por exemplo, a Guerra do Golfo de 2 de Agosto de 1990 a 28 de Fevereiro de 1991 opondo a coligação internacional liderada pelos EUA contra o Iraque ou através de acções de desestabilização, por exemplo do *filibusterismo* sul-africano aos processos políticos da Região, sobretudo Angola, Zâmbia e Moçambique, nos anos 70 dos finais do século XX ou ainda mediante o uso de diversas formas de ingerência, através da manipulação de divergências internas, o exemplo do que aconteceu na Síria de Bashar al-Assad, até muito recentemente.

Fora os factores externos e olhando para a história da humanidade não é difícil perceber que a violência é parte intrínseca da existência humana: No universo das ciências sociais, o esforço de entendimento e de explicação da ocorrência da violência tem oposto, geralmente, aqueles que consideram a violência como uma variável atribuível a agentes sociais, bem como aqueles que a julgam uma categoria analítica própria de grupos sociais, entanto que tais.

No presente texto recorre-se a dois autores, Ted Robert Gurr (1970¹); e Theda Skocpol (1979²) para sugerir um modelo possível para estudar os contornos da violência e dos conflitos cíclicos em Moçambique. Ted Gurr operacionaliza variáveis dos domínios da psicologia humana, individual e colectiva, ao passo que Theda Skocpol funciona ao nível da estrutura social como um todo, dando um papel central à actividade do Estado e dos seus agentes principais no entendimento dos factores e da dinâmica da violência nas sociedades humanas.

Ted Gurr assevera que, para se perceber a ocorrência da violência, deve-se concentrar nos seguintes aspectos: (i) olhar para o descontentamento popular, ou privação relativa, ou mesmo sentido de injustiça e buscar suas possíveis causas; (ii) reparar nas justificações ou crenças acerca da necessidade e/ou utilidade da acção política; e (iii) prestar atenção à comparação entre a capacidade de acção política da população descontente – ou seja, analisar a magnitude das suas formas organizativas e mobilizadoras *versus* a capacidade do governo legítimo de reprimir ou gerir a insatisfação popular.

Theda Skocpol, por seu turno, sugere o seguinte trinómio: (i) a crise do Estado; (ii) a situação revolucionária; e a (iii) estrutura da elite/classe dominante. Para Skocpol, a crise do Estado dá-se, geralmente, como resultado de factores sócio-económicos e de segurança externa que o regime não consegue gerir, criando fracturas entre a classe política dirigente e o exército, o que fragiliza o próprio regime e quebra o vínculo de legitimidade com a maioria dos cidadãos nacionais, criando-se, assim, a situação revolucionária. Aqui interessa averiguar a estrutura da elite dominante e ver até que ponto as clivagens existentes são tais que possam

propiciar um espaço de mobilização suficiente para o aproveitamento ou não da situação revolucionária criada.

Para além destes elementos dicotómicos extremos, autores como Sidney Tarrow e Charles Tilly trazem uma perspectiva que incorpora outros factores, designadamente as oportunidades estruturais que o contexto político proporciona e, também, a capacidade de mobilização de recursos que os diferentes intervenientes têm para poder materializar os seus desígnios³. A alusão a estes factores sugere que, mesmo diante de circunstâncias em que a privação relativa gere suficiente insatisfação/frustração impelindo para a acção política diante, quiçá, da inércia do governo legítimo, ainda assim será necessária a mobilização de recursos para a ACÇÃO. Outrossim, mesmo quando criada a situação revolucionária, é preciso examinar a estrutura e a dinâmica da elite/classe dominante para perceber o que, efectivamente, despoleta a violência.

2. Diversidade e diferenças conducentes a conflitos: o caso do centro e do norte de Moçambique.

A primeira e mais evidente diversidade radica no aspecto etno-linguístico: convivem, no território moçambicano, mais de 20 grupos etno-linguísticos que, parcialmente, também definem e estruturam a etnicidade dos seus falantes, para além de existirem também mais de 100 dialectos⁴. Esta diversidade, porém, não tem necessariamente uma dimensão territorial, apesar de existirem núcleos etnolinguísticos importantes nas três principais zonas do País, com os *Shimakonde*, *Ciyao*, *Kimwani*, *Emakhurwa* e *Cinyanja* sendo dominantes nas três províncias do Norte (Cabo-Delgado, Niassa e Nampula), as províncias do Centro (Tete, Zambézia, Manica e Sofala) com a preponderância dos *Echurwabo*, *Cindau*, *Cisena*, *Cinyungwe* e *Cimanyika*, bem como os *Xichangana*, *Gitonga*, *Xitshwa*, *Cicopi* e *Xironga*, sendo dominantes nas províncias do Sul de Moçambique (Inhambane, Gaza e Maputo)⁵. O conteúdo político desta diversidade é praticamente nulo, apesar de evidências anedóticas relacionadas com os resultados dos escrutínios eleitorais da era multipartidária, que indicam uma ligeira ligação entre os *Makonde* do Norte e *Changana* e *Zronga* do Sul, com a FRELIMO, e os *Ndarvu* e *Sena*, do Centro do país, com a RENAMO⁶. É provável que o indicador saliente desta diversidade, no aspecto político, possa derivar do facto de líderes emblemáticos destes partidos políticos serem provenientes destas regiões: na FRELIMO, Eduardo Mondlane e Samora Machel eram *Changana* e, na RENAMO, André Matsangaice e Afonso Dhlakama eram *Ndau*. Há, igualmente, na FRELIMO, um significativo contingente de líderes militares de origem *Makonde*. De um modo geral e no período pós-independência, com o estabelecimento do sistema nacional da educação, o sistema nacional de saúde, o serviço militar obrigatório, a lógica do apetrechamento dos órgãos administrativos, nos escalões provincial, distrital, de posto administrativo e de localidade, que não obedece às zonas de origem, a notoriedade da diversidade linguística tende a perder relevância, sobretudo porque a língua portuguesa atinge

3 Sidney Tarrow, *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge, Cambridge University press, 1998; D. McAdam, S. Tarrow & Ch. Tilly. *Dynamics of Contention*. Cambridge, Cambridge University press, 2001;

4 B. Siteo e A. Ngunga. Relatório do II seminário sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

5 M. Liphola. "Utilização das línguas moçambicanas no processo eleitoral" in B. Mazula (ed.) *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-África Group, 1995

6 M. Cahen « Dhlakama é maningue nice » : Une ex-guérilla atypique dans la campagne électorale», *Afrique Politique*, 1995, pp. 119-161

1 Ted, Gurr, *Why man Rebel*, Centre of International al Studies-University of Princeton, 1970
2 Theda Skocpol, *State and social revolutions. A comparative analysis of France, Russia and China*. Cambridge, Cambridge university press, 1979.

hoje cerca de 80% das populações das zonas urbanas – apesar de ainda a taxa de analfabetismo situar-se nos 39% da população como um todo.

Há também uma diversidade religiosa assinalável, compartilhada entre o Catolicismo, o Islamismo, as religiões Evangélicas e Pentecostais e várias outras tradicionais-animistas. O Catolicismo com cerca de 28% da população é o que está representado, quase uniformemente, em todas as regiões do país, como fruto do legado colonial, que tinha a Igreja Católica, como parceira no projecto da colonização de Moçambique. O Islamismo é dominante na região norte do país, onde chega a atingir mais de dois terços (2/3) das populações de Niassa e Cabo-Delgado, ainda que, no cômputo geral nacional, tenha uma magnitude de apenas 18% da população⁷. O Islamismo é, praticamente inexistente no resto do país, com bolsas assinaláveis apenas nas principais cidades. A região sul do país é sobretudo ecléctica no domínio religioso: todas as religiões estão lá, os não religiosos são igualmente abundantes, as religiões tradicionais-africanas ali proliferam, diversas seitas disputam espaços entre si e os “empresários” religiosos também pululam vendendo esperanças e explorando a ignorância e/ou a frustração das pessoas. O conteúdo político da diversidade religiosa, em Moçambique, só pode ser, muito timidamente, encontrado numa relação histórica difícil entre a FRELIMO e uma parte considerável da elite da Igreja Católica, bem como uma associação que se projectou na época do berço do nacionalismo moçambicano e que tende a se cristalizar entre uma parte importante da direcção da FRELIMO e as Igrejas Protestantes, sobretudo a Igreja Presbiteriana, a Anglicana e a Metodista.

Uma diversidade, com um conteúdo histórico, é aquela que resulta da economia política da colonização do país: onde o sul, sob a administração directa da metrópole colonial-portuguesa, esteve reservado para uma economia de serviços e o fornecimento de mão-de-obra barata para a indústria mineira sul-africana e o centro e o norte do país, estiveram nas mãos das companhias majestáticas e das companhias arrendatárias. Em larga medida, esta diversidade é responsável pela prevalência, até a actualidade, da destrinça regional entre o sul, o centro e o norte e uma ligeira afluência do sul em relação às outras regiões do país. Esta afluência é resultante de uma ligação significativa da região sul, com o capitalismo sul-africano, que é igualmente dominante no subcontinente. Em certos momentos, esta diversidade tem alimentado acesos debates sobre desequilíbrios e/ou assimetrias regionais em Moçambique, bem como tem sido instrumentalizada por uma parte da elite política nacional. No princípio da era multipartidária, esta diversidade esteve associada ao surgimento de diversos partidos políticos, principalmente daqueles que surgiram, inicialmente, com uma plataforma de tipo federalista, casos do PPPM, SOL, PADEMO, PALMO e PANADE⁸, entre outros⁹.

A quarta dimensão importante da diversidade em Moçambique diz respeito às dinâmicas específicas de “territorialização”, quer da guerra de libertação 1964-1974, conduzida pela FRELIMO, quer da rebelião armada dirigida pela RENAMO contra o Governo da FRELIMO 1976-1992. O estabelecimento de “zonas libertadas”, durante a luta armada, sobretudo na região norte do país e o amplo movimento de luta anticolonialista clandestina, na região sul, cimentaram uma ligação importante entre populações destas regiões e a FRELIMO. A dificuldade de penetração da luta na província da Zambézia pode, de certo modo, explicar o relativo distanciamento das populações desta província com a FRELIMO, na era político pluralista. Durante a rebelião armada, a RENAMO tinha a zona centro, como a sua base principal, com apoio relativo das populações

locais, e investiu a sua saga criminosa na região sul do país, com massacres que figuram nos anais da história¹⁰. Há igualmente relatos dispersos que indicam uma intervenção mais agressiva do exército do Governo, durante o conflito armado, contra populações da região centro do país¹¹.

A quinta dimensão é representada pela dicotomia que o processo de desenvolvimento económico de Moçambique propicia entre as elites nacionais e os notáveis locais. Ou seja, na medida em que as oportunidades de desenvolvimento e de riqueza são consolidadas longe da capital Maputo e as liberdades democráticas são estendidas ao largo do país, assistem-se dinâmicas locais que favorecem o surgimento de notáveis locais, que, ainda de forma tímida, tendem a reclamar maiores espaços de visibilidade e poder em relação ao poder central. Este fenómeno não é necessariamente novo em Moçambique, aconteceu nos anos de 1992 a 1994, quando surgiram várias associações de “naturais e amigos” quase em todas as regiões do país, algumas com destaque marcante como os casos da ASSANA¹² em Nampula e SOTEMAZA¹³ no centro. Este fenómeno, na altura, propiciou o germen de um debate sobre a pertinência e validade de nomeação para cargos governativos dos naturais dessas regiões administrativas. Este facto não vingou politicamente e, de algum modo, evaporou-se, por enquanto. A lógica de um desenvolvimento industrial baseado, em grande medida, na extracção de recursos naturais suportado pelo capital estrangeiro, não deu lugar, ainda, a emergência da agro-industrialização, que seria combinada com a proletarização do mundo rural. Contrariamente, o avanço da industrialização tende a marginalizar e diminuir as oportunidades de desenvolvimento e de riqueza do mundo rural. A circunstância de uma industrialização “extractiva”, que beneficia essencialmente as elites urbanas e seus parceiros externos, com recurso a elementos tecnológicos de ponta e pouca geração de emprego, tende a criar resistências locais e pode constituir, num futuro próximo, uma forte base de clivagem entre o mundo urbano e as elites locais do campo¹⁴.

3. Implicações para as pesquisas sobre violência no país

Fica aqui evidenciada a diversidade do país, que tanto pode constituir base de riqueza ou de conflitos de toda natureza em Moçambique. Todavia, como Ted Gurr, Theda Skocpol, Sidnew Tarrow e Charles Tilly elucidam, da diversidade à conflitualidade devem intermediar as lógicas de descontentamento popular e da perda de legitimidade dos governos. A probabilidade da ocorrência destes factores de intermediação, não raro, surge associada ao usufruto desigual das consequências do desenvolvimento social e económico, sempre e quando a estrutura social apresenta fracturas susceptíveis de mobilização suficientes para a acção política. Outrossim, embora as desigualdades abjectas possam constituir alavanca para o desenvolvimento, sobretudo no arranque do processo capitalista, elas podem, como documentado em vários quadrantes do globo, extrapolar os limites do gerenciável, com o tempo. Todavia, o sentido de injustiça é apenas um lado da equação, o outro lado, igualmente fulcral, é a lógica de legitimidade dos governos.

¹⁰ Joe Hanlon (1984), e William Minter (1998) *A. Vines, Renamo: A study in terrorism*, Amsterdam Centre for Southern African Studies, J. Curry Londres, 2ª edição, 1996; W. Minter, *Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Mozambique and Angola*. Londres, Zed Books, 1994.

¹¹ J. Cabrita, *Mozambique: The tortuous road to democracy*, Basingstoke, Palgrave, 2000.

¹² ASSANA – Associação para o Desenvolvimento de Nampula

¹³ SOTEMAZA – acrónimo que representa as províncias de Sofala, Tete, Manica e Zambézia

¹⁴ C. N. Castel-Branco, “Reflectindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extractiva”. In L. Brito et al (org.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE, 2013, pp. 81-124.

(2012) e J. Mosca e Th. Selemane, “Mega projectos no meio Rural, desenvolvimento do território e pobreza”. In L. Brito et al (org.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE, 2012, pp. 231-255.

⁷ Instituto Nacional de Estatísticas, Resultados Definitivos do Censo Geral da População e Habitação de 2017. Maputo, INE, 2019.

⁸ PPPM – Partido do Progresso do Povo de Moçambique; SOL – Partido Social-Liberal e Democrata; PADEMO – Partido Democrático de Moçambique; PALMO – Partido Liberal e Democrático; PANADE – Partido Nacional Democrático

⁹ I. Lundin «Partidos políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático»; In B. Mazula (org.), *Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, 1995; pp. 423- 472

COMO GERAR ELEIÇÕES ISENTAS DE CONFLITOS EM MOÇAMBIQUE?

POR UMA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA ELEITORAL

Julião Alar

MESTRANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO
SCIENCES PO BORDEAUX

1. Introdução

As eleições “têm como objetivo fornecer um método pacífico para vários grupos competirem pelo poder político, às vezes substituindo alternativas violentas”¹. Portanto, teoricamente, as eleições por si só não causam violência². Embora as eleições sejam teoricamente concebidas como meios pacíficos para a ocupação de certos cargos políticos, elas têm sido violentas. Os dados sobre os casos de violência eleitoral em Moçambique, nas eleições gerais de 1994 a 2019, recolhidos nos jornais “Diário de Moçambique”, “Domingo”, “Magazine Independente”, “Notícias” e “O País”, assim como nos relatórios de observação eleitoral revelam que durante este período foram reportados 506 casos. A província de Gaza, no sul de Moçambique, as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia na zona centro e a província de Nampula, no norte, são as que apresentaram maior número de casos reportados. Assim, presente reflexão procura compreender as razões da exacerbada violência eleitoral nessas províncias.

A revisão da literatura e as entrevistas com observadores eleitorais, grupos focais e lideranças locais, nos municípios de Chókwè, Beira e Quelimane permitem afirmar que o elevado nível de violência eleitoral em algumas províncias pode ser explicado pelas relações históricas conflituais (mesmo se latentes) entre a Renamo e a Frelimo, que ditaram a natureza do processo de construção do Estado nas diferentes regiões. Para sustentar a argumentação apresenta-se, em primeiro plano, a relação existente entre a competitividade eleitoral, a intolerância política, a fraude eleitoral e a parcialidade dos órgãos de gestão eleitoral, da justiça e da polícia com a violência eleitoral. No segundo momento, socorrendo-se da(s) trajetória(s) histórica(s) (*path dependency*) tenta-se mostrar a correlação entre as sequelas da guerra de 16 anos, as origens das primeiras lideranças da Frelimo, a modernização autoritária, vigente logo após a independência com a exacerbada violência eleitoral em algumas províncias.

2. Prováveis causas da violência eleitoral

Embora a violência eleitoral possa registrar-se, incluindo nas democracias consolidadas, como foi o caso das eleições presidenciais americanas, marcadas pela invasão do Capitólio dos Estados Unidos a 6 de Janeiro de 2021 por partidários republicanos, que contestavam a vitória de Joe Biden, alegando fraude eleitoral, geralmente, a violência eleitoral tem sido associada às democracias problemáticas. Ou seja, às democracias apelidadas de regimes híbridos, isto é, que combinam alguns elementos ditatoriais e democráticos³. De acordo com a literatura, a violência nas eleições tem derivado da intolerância, da parcialidade, da fraude e da competitividade⁴.

2.1. Intolerância política

A intolerância política pode ser entendida como a relutância das pessoas em admitir ou permitir ideias ou maneiras de se comportar no campo político⁵, que são diferentes de suas próprias crenças e ideologias. Esta tem caracterizado os processos eleitorais moçambicanos, onde os três partidos políticos com assentos na Assembleia da República, nomeadamente, a Frelimo, a Renamo e o MDM têm sido, por um lado, os principais perpetradores e por outro, as principais vítimas. Os observadores da UE mencionaram nos seus relatórios centenas de casos, em todo o país, em que os presidentes das mesas de voto expulsaram delegados e membros das assembleias de voto do MDM e da Renamo, muitas vezes com a ajuda da polícia⁶. Como se pode notar, o MDM, embora não seja um partido histórico, também tem sido vítima da intolerância política. Nas eleições de 2014, a caravana da campanha eleitoral deste partido, integrando o seu candidato Daviz Simango, foi atacada no dia 24 de Setembro em Chibuto e no dia anterior tinha sido atacada em Chowké, Xai-Xai e Macia, na província de Gaza⁷. As razões para o ataque deste partido, embora não sejam referência de conflitualidade histórica, serão discutidas mais adiante (3.3.).

2.2. Competitividade eleitoral

A competitividade eleitoral pode ser discutida em duas perspectivas, nomeadamente: a perspectivada margem mínima⁸ e a perspectiva da alternância⁹. Nas províncias do centro e de Nampula, no norte, as eleições têm sido competitivas e violentas. Em termos da margem mínima, as eleições foram competitivas em Manica (2004 e 2014), em Nampula (2014) e em Tete (2014). Nessas eleições, a diferença entre a Frelimo e a Renamo foi apenas de 0,55%; 2,4; 0,36% e 1,2% respectivamente¹⁰. No que concerne a alternância, nas províncias de Nampula e de Tete a Renamo teve a maioria nas primeiras duas eleições (1994 e 1999) e a Frelimo teve a maioria a partir de 2004. Nas províncias da Zambézia e Sofala, a Renamo teve a maioria nas três primeiras (1994, 1999 e 2004), a alternância começou em 2009, onde a Frelimo teve a maioria. Nas eleições seguintes (2014) a Renamo voltou a conquistar a maioria e em 2019 a Frelimo, novamente, teve a maior percentagem. Na província de Manica, a Renamo teve a maioria em 1994 e em 1999. Exceptuando as eleições de 2004 e 2014, nas quais a margem de diferença foi pequena, a Frelimo teve a maioria em 2009 e em 2019.

A competitividade eleitoral por si só não é nenhum factor da violência eleitoral, pelo contrário é bem-vinda para o fortalecimento da democracia. Todavia num contexto como o moçambicano em que os princípios democráticos não são os únicos que regem o jogo eleitoral, a competitividade eleitoral gera incerteza nos resultados eleitorais. Este facto, de certa forma, excita os actores políticos a enveredarem por outras vias ilícitas, tais como a fraude eleitoral, para a obtenção

1 G. Wallsworth, « Electoral violence: comparing theory and reality » 29, Agosto de 2015, p. 1.

2 J. Fisher, « Managing Donor Perceptions: Contextualizing Uganda's 2007 Intervention in Somalia ». *African Affairs* 111, n.º 444, 2012, pp. 404-23; United States Agency for International Development, *Democratic Decentralization: Programming Handbook*, Washington: USAID, 2009.

3 L. Diamond, « Elections without democracy: thinking about hybrid regimes ». *Journal of Democracy* 13, 2002, pp. 35.

4 E. M. Hafner-Burton, S. D. Hyde, e R. S. Jablonski, « When do governments resort to elections violence? ». *British Journal of Political Science*, n.º 44, 2014, pp. 149-79; S. Wilkinson, *Votes and violence: electoral competition and ethnic riots in India*, Cambridge: Cambridge University Press, 2006; J. Fisher, « Managing Donor Perceptions », *op. cit.*; O. Sterck, « Fighting for votes: theory and evidence on the causes of electoral violence ». *University of Oxford: centre for the Study of African Economies (CSAE)*, 2015, pp. 1-66.

5 Sobre o campo político ver: Pierre Bourdieu, « A representação política: elementos para uma teoria do campo político », in *O Poder simbólico*, trad. por Fernando Tomaz (Lisboa: Difel, 1989), 162-203.

6 União Europeia, Missão de observação eleitoral, « Relatório final: eleições gerais e das assembleias provinciais, 15 de Outubro de 2019 », Maputo: União Europeia, 8 Novembro 2019, p. 8.

7 CIP, « Eleições nacionais 2014 », *Boletim sobre o processo político em Moçambique*, 24 Setembro 2014, 47 ed., sec. Comitativa de Daviz Simango atacada ontem e hoje em Gaza.

8 Perspectiva da margem mínima: ao nível provincial as eleições foram competitivas se a diferença entre o partido vencedor e o segundo mais votado tiver sido pequena. Para propósito deste texto, considera-se que a margem foi pequena quando estiver abaixo de 5%. Por exemplo, na província de Nampula, nas eleições de 2014 a diferença entre a Frelimo e a Renamo não atingiu 1%.

9 Perspectiva da alternância: ao nível provincial as eleições foram competitivas se se verificou uma alternância de partidos que conseguiram a maioria ao nível da província. Essa alternância, não precisa, necessariamente, ocorrer em anos consecutivos.

10 O denominador comum de todas as eleições, em que a margem de diferença foi inferior à 5%, é o da pertença da maior percentagem de votos à Frelimo. Ou seja, se tivessem ocorrido no contexto actual em que se vota igualmente os governadores provinciais, estes, viriam da Frelimo.

de uma percentagem adicional nos resultados finais, o que tem originado protestações que têm culminado em cenas de violência.

2.3. Fraude eleitoral

A fraude eleitoral é um dos factores explicativos da violência eleitoral, que embora date desde as primeiras eleições gerais, agravou-se a partir das eleições de 1999, nas quais Joaquim Chissano, candidato da Frelimo, ganhou com 52,3% contra 47,7% de Afonso Dhlakama, candidato da Renamo. Nessas eleições, várias missões de observação eleitoral reportaram irregularidades, incluindo casos de fraude eleitoral. Consta que mais de 900.000 eleitores foram excluídos, especialmente nas províncias de Sofala, Zambézia e Nampula, onde Dhalkama e Renamo foram bem-sucedidos. Foi revelado igualmente que em algumas mesas de voto, a participação eleitoral ultrapassou 100%¹¹. Estas eleições foram as mais mortíferas (103 mortes), na história das eleições rotineiras em Moçambique. Alguns estudos tais como da Revista “Politique Africaine” e do IESE¹², assim como os relatórios de Missões de Observação Eleitoral, o caso de *Carter Center*¹³ revelam que, nas eleições de 2004, a fraude eleitoral tornou-se ainda mais visível, sobretudo nas províncias de Gaza e de Tete, onde, a participação ultrapassou a média, tendo se registado em algumas assembleias, em Tete, uma participação de mais de 100%¹⁴. Isto “leva a concluir que houve introdução fraudulenta de votos em urnas”¹⁵. Uma das observadoras do *Carter Center*, que participou na observação eleitoral em Tete, afirma ter constado o enchimento de urnas, no período noturno¹⁶. Estas acções fraudulentas tiveram “um impacto considerável nos resultados para a Assembleia Nacional”¹⁷.

A fraude eleitoral foi uma das causas da guerra durante as eleições de 2013, quando a Renamo decidiu rumar pela violência, que causou cerca de “150 mortes e 500 feridos”¹⁸, em contestação da composição da CNE¹⁹. Esta contestação explica-se, em parte, pela falta de confiança nos órgãos de gestão eleitoral. Estes “têm sido fortemente criticados, sobretudo pelos partidos políticos da oposição e por Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Missões de Observação Nacional e Internacional, pelo facto de sua actuação não ser isenta, neutra, imparcial e transparente”²⁰. Um estudo do EISA²¹, sobre a integridade eleitoral em Moçambique, revela que nas eleições de 2019 cerca de 2,4% de boletins de voto válidos foram introduzidos fraudulentamente à favor do candidato do partido no poder e que 1,8% foram retirados dos candidatos da oposição. Em comparação com as eleições de 2014, nas quais estima-se que o candidato da Frelimo obteve 2,1% de votos válidos de forma fraudulenta e que 0,6% foram retirados da oposição²². Portanto, houve um aumento do nível da fraude eleitoral.

A presença de eleitores, que já votaram, nas assembleias de voto, é legalmente

11 European Parliamentarians for Africa (AWEPA), « Frelimo e Chissano ganham; Tribunal Supremo rejeita protesto da Renamo », *Boletim sobre o processo político em Moçambique*, nº 24, Janeiro 2000.

12 Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

13 Carter Centre é uma organização não-governamental, que ajuda a melhorar a vida de pessoas em mais de 80 países, resolvendo conflitos; avanço da democracia e os direitos humanos; prevenindo doenças; e melhorando os cuidados de saúde mental.

14 The Carter Center, « Observação da eleições de Moçambique 2004 », Maputo: The Carter Center, outubro 2005; Anne Pitcher, « Les élections générales de 2004 au Mozambique », trad. por Aurélie Roger, *Karthala, Politique africaine*, nº 98, 200, pp. 149-65; L. de Brito, *Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique*, Maputo: IESE, 2008.

15 The Carter Center, « Observação das eleições de Moçambique 2004 », 14.

16 A. Pitcher, « Les élections générales de 2004 au Mozambique », 152.

17 The Carter Center, « Observação das eleições de Moçambique 2004 », 14.

18 A. Vines, « Uma retrospectiva dos 25 anos da democracia moçambicana ». In D. M. do Rosário, E. Guambe, e E. de Salema (eds.), *Democracia multipartidária em Moçambique*, Maputo: EISA, 2020, p. 92.

19 A Renamo contestava a composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE) assegurada pela Lei nº 6/2013, de 22 de Fevereiro, que previa uma CNE com cinco representantes da Frelimo; dois da Renamo; um do MDM; um Juiz indicado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial; um Procurador indicado pelo Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público; e três membros das organizações da sociedade civil, totalizando treze membros, sendo um presidente e doze vogais. Esta Lei veio a ser alterada em 2014, no âmbito dos consensos alcançados no Diálogo entre o Governo e a Renamo, dando lugar à Lei nº 9/2014 de 12 de Março.

20 D. M. do Rosário, « Órgãos de administração eleitoral em Moçambique : entre a (im)parcialidade, (in)dependência e a procura de transparência nas eleições “competitivas” em tempos de regimes híbridos: 1994-2019 », in *Democracia multipartidária em Moçambique*, In D. M. do Rosário, E. Guambe, e E. de Salema (eds.), *Democracia multipartidária em Moçambique*, Maputo: EISA, 2020, p. 131.

21 Electoral Institute of Southern Africa (EISA) é uma organização não-governamental cuja missão consiste em reforçar os processos eleitorais, a boa governação, os direitos humanos e os valores democráticos em África, através da investigação, do reforço das capacidades, da defesa de causas e de outras intervenções orientadas.

22 J. Hanlon, « Integridade eleitoral em Moçambique: uma perspectiva política e histórica ». In D. M. do Rosário, E. Guambe, e E. de Salema (eds.), *Democracia multipartidária em Moçambique*, Maputo: EISA, 2020, pp. 151-69.

interditada²³. No entanto, devido à fraude eleitoral recorrente nos processos eleitorais, os eleitores, depois da votação, têm ignorado a lei, permanecendo nos locais de votação, a fim de controlar as urnas, em especial, nas províncias da zona centro e em Nampula, no norte, onde as eleições têm sido competitivas²⁴. Para além dos órgãos de gestão eleitoral, os partidos políticos, sobretudo o partido no poder, engajam-se no enchimento de urnas eleitorais. Nas eleições de 2019, o CIP²⁵ revelou que, durante o processo de votação, muitos cidadãos foram encontrados com boletins pré-marcados à favor da Frelimo e do seu candidato presidencial. Sendo que as províncias de Nampula, Zambézia e Sofala, todas sob a influência da oposição, foram as que mais destacaram-se²⁶.

2.4. Parcialidade nos processos eleitorais

A parcialidade eleitoral pode ser percebida como o uso do poder que os indivíduos têm, entanto que agentes no processo eleitoral (órgãos de gestão eleitoral, tribunais, polícia, assim, como jornalistas) para beneficiar certos concorrentes em detrimento de outros. Em Moçambique, a parcialidade acompanha as fases do recenseamento, da campanha, da votação e o período entre a contagem e a publicação dos resultados. Um estudo do EISA sobre o recenseamento eleitoral mostra que durante o período do recenseamento, a repartição das brigadas de recenseamento tende a beneficiar o partido no poder, em detrimento da oposição²⁷. Trata-se de um estudo que estabelece uma ligação entre a parcialidade na distribuição das brigadas de recenseamento e a probabilidade da fraude eleitoral. Isto é, argumenta-se que a dispersão das brigadas de recenseamento nas províncias onde a oposição, em particular a Renamo, tem tido bons resultados eleitorais (percentagem eleitoral superior à da Frelimo ou aproximada) pode reduzir a capacidade de vigilância dos partidos políticos, dos observadores e de outros actores, abrindo assim caminho à fraude eleitoral. Com efeito, o recenseamento eleitoral tem sido uma das causas de violência eleitoral, no caso do recenseamento para as primeiras eleições municipais de 1998 e gerais de 1999, em que a Renamo decidiu proceder a uma violência psicológica (ameaças e intimidações) e o boicote de facto das eleições de 1998, através da não participação.

A polícia, também tem sido criticada pela parcialidade. Os partidos da oposição acreditam que ela tem cooperado com o partido no poder para a inviabilização das suas actividades políticas. Por via disso, em certos casos, estes partidos, sobretudo a Renamo e o MDM, não têm comunicado as suas agendas de campanha eleitoral à polícia. A justificação que tem sido dada é de que a oposição receia que a polícia partilhe essas agendas com a Frelimo por conseguinte membros deste partido podem interceptá-los e impedi-los de fazer a campanha, o que tem degenerado em actos de violência²⁸. Nos casos mais críticos, ao invés da parcialidade, a polícia tem sido o próprio protagonista da violência eleitoral, tal foi o caso do assassinato do observador eleitoral Anastácio Matavel na província de Gaza²⁹.

Por seu turno, os tribunais têm-se mostrado parciais no julgamento dos litígios eleitorais. Os recursos interpostos pela oposição têm sido rejeitados, em alguns casos sem motivos plausíveis. A título de exemplo, nas eleições de 1999, todos os 24 pontos reclamados pela Renamo foram rejeitados pelo Tribunal Supremo, por vezes sem fundamentação convincente, como aconteceu com os pontos 17 e 20, em que a Renamo contestava a diferença da soma do número de eleitores ao nível dos distritos com o total de eleitores ao nível nacional. O Tribunal respondeu que tal diferença se devia aos erros e também às correções

23 N.º 1 do Artigo 74.º da Lei nº 2/2019 de 31 de Maio que procede com as alterações à lei nº 8/2013, de 27 de Fevereiro, revista e republicada pela Lei nº 12/2014, de 23 de Abril, que estabelece o quadro jurídico para a eleição da Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República » (2019).

24 S. Forquilha, *Beira - Clivagens partidárias e abstenção eleitoral*, Maputo: IESE, 2017; Entrevista de grupo focal, Município de Quelimane, 11 Agosto 2021.

25 Centro de Integridade Pública (CIP) é uma organização da sociedade civil cujo objectivo é de contribuir para a promoção da transparência, anti-corrupção e integridade em Moçambique.

26 CIP, « Apanhados com boletins de votos pré-marcados a favor da Frelimo », 15 Outubro 2019, <https://www.facebook.com/CIP.Mozambique/posts/2406416469624918/>.

27 D. M. do Rosário, « Da anatomia do recenseamento eleitoral: uma análise a partir da distribuição das brigadas de recenseamento eleitoral para as eleições de 2019 em Moçambique », *Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA)*, 2019, pp. 1-5.

28 A. Nuvunga, « Contribuição das organizações da sociedade civil na integridade e transparência do processo eleitoral - uma análise a partir das eleições de 2019 em Moçambique ». In D. M. Rosário, E. Guambe e E. Salema (eds.), *Democracia multipartidária em Moçambique*, Maputo: EISA, 2020, pp. 273-83; Entrevista de grupo focal, Município de Chókwè, 13 Julho 2021.

29 Anastácio Matavel, diretor executivo do Fórum das Organizações Não Governamentais em Gaza FONGA e ponto focal da plataforma de observação eleitoral, Sala da Paz na província, foi morto a tiro na cidade de Xai-Xai no dia 7 de outubro de 2019 - uma semana antes das eleições gerais - por agentes pertencentes ao Grupo de Operações Especiais GOE um ramo da Unidade de Intervenção Rápida da Polícia da República de Moçambique, a polícia de elite anti-motim de Moçambique. Para mais detalhes ver RFI através de: <https://www.rfi.fr/pt/mo/C3%A7ambique/20200618-moC3%A7ambique-3-a-24-anos-de-prisC3%A3o-para-assassinos-de-anastC3%A1cio-matavel>.

nos cadernos, após o recenseamento. Todavia, segundo esta instância não se podia concluir que existiam erros susceptíveis de afectar substancialmente o resultado das eleições³⁰. Isto é recorrente em todos os processos eleitorais. O CIP mostrou, por exemplo, que os 24 recursos interpostos pela Renamo foram rejeitados pelos tribunais distritais, nas eleições de 2014, mas apenas um da Frelimo na província de Tete foi aceite. Isto revela uma margem de actuação tendenciosa pela parte da justiça, o que tem sido, por vezes, fonte de violência eleitoral, como foi o caso da violência pós-eleitoral em 1999.

No geral, todos os partidos políticos cometem actos de violência eleitoral, sobretudo, a Frelimo, a Renamo e o MDM. A intolerância política está presente em todos os partidos políticos que, por exemplo, se engajam na destruição de material de campanha eleitoral de partidos adversários. No entanto, na província de Gaza, onde a maioria da população se identifica com a Frelimo, o comportamento intolerante é mais visível por parte deste partido. O Boletim eleitoral do Ceurbe³¹ mostra que a Frelimo foi o partido que mais violações eleitorais cometeu nas eleições de 2019. Afirma-se que a fraude eleitoral, o comportamento parcial da CNE, da polícia e dos órgãos de justiça a favor da Frelimo são práticas geralmente coordenadas pelo partido no poder³². Consequentemente, os partidos da oposição têm reagido violentamente, tal como foram os casos do incêndio das urnas eleitorais em Tete em 2014, e em Niassa em 2019. Estes elementos são mais visíveis em algumas províncias do país, devido ao próprio processo de construção do Estado, como mostra a secção seguinte.

3. Porquê algumas províncias são mais afetadas pela violência eleitoral?

Pretende-se nesta secção analisar por um lado, a possível correlação entre a modernização autoritária, a aceitação (medida através da competitividade eleitoral) da Renamo nas províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, a fraude, a imparcialidade e a violência eleitoral. Por outro, a forte aceitação da Frelimo em Gaza e as dificuldades da inserção dos partidos da oposição, sobretudo a Renamo, bem como o MDM, nesta província.

3.1. Modernização autoritária e suas implicações na violência eleitoral

A modernização autoritária pode ser entendida como um conjunto de políticas levadas a cabo pelo Governo da Frelimo, durante o período da vigência do partido único (1975-1994), que visavam forçar a população a abandonar o seu estilo de vida, julgado retrogrado, para se integrarem num novo estilo, considerado moderno. Um estudo do IESE sobre o voto zambeziano inclui na modernização autoritária “as aldeias comunais, a negação religiosa, a construção do “Homem Novo”, a humilhação e a negação do poder tradicional”³³. Assim, as populações foram obrigadas a abandonar as suas zonas de origem para integrarem-se na vida colectiva, em aldeias comunais. Foram igualmente obrigadas a abandonar as suas tradições, consideradas pela Frelimo como práticas obscurantistas. Entre outras instituições coercivas, foram criados campos de reeducação para os considerados desviados aos olhos do partido, para além das deslocações de pessoas desempregadas nas cidades para as províncias longínquas onde deviam “produzir”³⁴.

A visão oficial era de que todo o esforço para desenvolver o país num contexto de população dispersa não seria viável³⁵. Assim, acreditava-se que o programa das aldeias comunais não só facilitaria a distribuição de bens e serviços públicos, mas também ajudaria a combater as práticas feudais e capitalistas, certas

práticas religiosas e culturais, consideradas incompatíveis com a revolução³⁶. “Seis anos mais tarde (após a introdução do programa das aldeias comunais), cerca de 19,8% da população rural moçambicana (1808693 pessoas) tinha sido deslocada das suas casas tradicionais para 1360 aldeias comunais”³⁷. Dado que as populações começaram a abandonar as aldeias, regressando às suas zonas de origem, o Governo, por um lado, deixou de lhes fornecer os serviços básicos como a saúde e a educação e, por outro, destruiu as suas casas para força-las a aderirem às aldeias comunais³⁸. Paralelamente a isto, houve uma marginalização dos antigos chefes tradicionais, a título de exemplo, em 1977 foram realizadas as primeiras eleições no contexto da democracia popular, para a escolha de membros das assembleias do povo, nessas eleições os antigos chefes tradicionais, que gozavam de legitimidade local foram impedidos de se candidatar, porque eram considerados pela Frelimo como tendo servido o regime colonial³⁹.

As linhagens cujos seus líderes tradicionais foram negados a sua liderança pela Frelimo, bem como os líderes tradicionais marginalizados porque foram considerados terem servido ao regime colonial, assim como as populações revoltadas pelas deslocações forçadas para as aldeias comunais, incluindo os que eram levados à força para os campos de reeducação, os segmentos das populações os mais tradicionalistas e conservadores estavam revoltados e contra as práticas do governo da Frelimo. A Renamo, que tinha tomado consciência do descontentamento, quando chegou, sobretudo no centro do país e em Nampula, no Norte, nas suas incursões, optou em atacar selectivamente as populações. Isto é, não atacava as populações frustradas que de certa forma mostravam uma margem de cooperação com este movimento. Assim, em oposição à Frelimo, a Renamo encorajou as populações a regressarem às suas zonas de origem, reconheceu as autoridades tradicionais, marginalizadas pelo governo⁴⁰. Estas acções contribuíram, de certa forma, para a aceitação da Renamo nestas províncias.

Assim, as políticas de modernização autoritária criaram um sentimento anti-Frelimo, em benefício da Renamo, nas províncias da zona centro e de Nampula⁴¹, na zona norte. Isto faz com que nos momentos eleitorais, as eleições sejam muito competitivas. Esta competitividade cria uma certa margem de incerteza nos resultados, o que tem levado os actores políticos a enveredarem, pela intimidação, fraude eleitoral e outras práticas ilícitas que têm culminado no aumento significativo de violência. Nas eleições de 1994, nas quais a Renamo obteve uma maior percentagem em 6 províncias (todas do centro e Nampula, no Norte) das 10 do país, no geral, o processo eleitoral foi pacífico. A partir de 1999 as eleições foram violentas. Portanto, existe espaço para se admitir que os resultados de 1994, que revelaram a aceitação da Renamo, que em parte é explicada pela modernização autoritária, em algumas províncias, foram cruciais para a multiplicação de acções intimidatórias, fraude eleitoral e outras ilicitudes, que geram violência a partir de 1999.

3.2. Gaza, um caso de intolerância política consolidada?

A violência eleitoral exacerbada na província de Gaza encontra também os seus fundamentos no processo violento de construção do Estado moçambicano, mas com uma particularidade. Nesta província, a identificação com o partido Frelimo é muito forte. Isto pode se explicar, em primeiro lugar, pelo facto da primeira direcção deste partido (Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, Samora Machel, segundo presidente da Frelimo e primeiro presidente de Moçambique e Joaquim Chissano, terceiro presidente da Frelimo e segundo presidente de Moçambique) durante os primeiros 42 anos ter suas origens nesta província. Em segundo lugar, a brutalidade empreendida pela Renamo (destruições e violência física que inclui assassinatos), o recrutamento forçado, a pilhagem dos bens e outras práticas nocivas, na província de Gaza criaram um forte sentimento anti-Renamo⁴². Este sentimento permanece intacto actualmente, como se pode constatar a partir dos resultados eleitorais, isto é, em todas as eleições gerais, a Frelimo sempre obteve mais de 80% dos votos em Gaza.

30 European Parliamentarians for Africa (AWEPA), « Frelimo e Chissano ganham; Tribunal Supremo rejeita protesto da Renamo ».

31 Centro de Estudos Urbanos (CeUrbe) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, visa contribuir na massificação e intensificação da produção de conhecimento e debate sobre a governação urbana, através da pesquisa e intervenção social. Sobre o Boletim eleitoral consultar: <http://ceurbe.org.mz/wp-content/uploads/2019/11/BOLETIM-IFORMATI-VO-ED-2-2.pdf>

32 Centro de Estudos Urbanos, *Monitoria dos ilícitos e incidentes eleitorais*, 2ª ed., Maputo: CeUrbe, 2019.

33 S. Chichava, « Uma província “rebelde” o significado do voto zambeziano a favor da Renamo ». In *Cidadania e governação em Moçambique: Comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*, Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2007, pp. 11-15.

34 Para mais detalhes ver o texto de C. D. Quembo, *Poder do poder: operação produção e a invenção dos «improdutivos» urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988*, Maputo: Alcance Editores, 2017.

35 J. M. Cabrita, *Mozambique: The tortuous road to democracy*, Basingstoke: Palgrave, 2000; M. Cahen, « Check on Socialism in Mozambique: What Check? What Socialism? ». *Review of African Political Economy*, 1993, pp. 46-59; Ch. Geffray, *La cause des armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile*, Paris: Karthala, 1990; H. G West, « This Neighbor Is Not My Uncle!': Changing Relations of Power and Authority on the Mueda Plateau ». *Journal of Southern African Studies* 24, 1998, pp. 141-60.

36 J. Cabrita, *Mozambique: The tortuous road to democracy...op. cit.*

37 *Idem*, p. 118.

38 *Ibidem*

39 Ch. Geffray, *La cause des armes au Mozambique...op. cit.*; H. West, « This Neighbor Is Not My Uncle!...op. cit.

40 *Idem*.

41 Não se exclui de forma alguma, outros factores explicativos da aceitação da Renamo nestas províncias. Ver por exemplo o texto de Chichava, « Uma província “rebelde” o significado do voto zambeziano a favor da Renamo ».

42 Ver a título de exemplo o texto de O. Roesh. *A Renamo e o campesinato no sul de Moçambique: panorâmica da província de Gaza, disponível em: https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/14/roesch_em_14.pdf*; As discussões com os grupos focais, levadas a cabo em Chókwe, na província de Gaza de 10 a 23 de Julho de 2021 revelaram este sentimento anti-Renamo devido à sua actuação brutal, no período da guerra.

O sentimento anti-Renamo na província de Gaza não se vislumbra apenas no voto, mas também na intolerância política que, *inter alia*, manifesta-se pela intimidação, proibição e violência de facto. A institucionalização da violência, de entre várias formas, a literatura tem citado a formação de “grupos de choque”, que são agrupamentos compostos por simpatizantes da Frelimo com a missão de sabotar a campanha de partidos adversários, em particular a Renamo e o MDM⁴³. Este comportamento só é possível porque as instituições democráticas têm uma margem de disfuncionalidade, no caso concreto da polícia e dos órgãos de justiça, que actuam em certos casos de forma a proteger os interesses do partido no poder.

3.3. MDM, um actor na cena da violência eleitoral a não negligenciar

O partido MDM não é um partido histórico como a Frelimo e a Renamo, porém é também um actor na violência eleitoral. Uma das possíveis razões é a sua visibilidade, ou seja, a sua aceitação social em certos contextos onde historicamente as populações se identificam com a Renamo. Por exemplo, nas eleições autárquicas de 2013, as primeiras em que o MDM participou, nas quais a Renamo não participou, o MDM conseguiu ganhar a presidência municipal em três municípios: Beira (em Sofala), Quelimane (em Zambézia) e Nampula (em Nampula). Em Milange, Gurué e Mocuba (na Zambézia) a Frelimo venceu as eleições municipais com uma margem mínima em relação ao MDM, ou seja, 0,7%; 0,98% e 2,1%⁴⁴ respectivamente. O MDM teve um bom desempenho em todas as províncias do centro e na província de Nampula e conseguiu igualmente ter deputados em 51 dos 53 municípios, excepto no município de Macia na província de Gaza e no município de Nhamayábue, na província de Tete⁴⁵. Este desempenho aumenta o grau de incerteza eleitoral, o que faz com que os actores envolvidos enveredem por actos ilícitos, tais como a fraude eleitoral, o que tem culminado em protestos e actos de violência. Ademais, alguns estudos⁴⁶ mostram que membros e simpatizantes deste partido (sem excluir os da Renamo), temendo a fraude eleitoral nas províncias onde têm tido bom desempenho, têm permanecido nos locais de votação (acto proibido nos termos legais) após a votação, o que tem levado a actuação da polícia, facto que tem culminado com a violência eleitoral⁴⁷.

No caso da província de Gaza, o MDM não tem uma base social forte, porém tem encarado acções violentas nos períodos eleitorais. Isto pode ser explicado, em parte, por ser conotado com a Renamo, como se pode constatar das palavras de uns dos intervenientes nas discussões de grupos focais. “O MDM e a Renamo constituem mesmo partido, não há nenhuma diferença, [...] quando nasce um filho, crescer e decidir ter sua própria casa, deixa de ser seu filho? Deixa de ser seu familiar? Nós votamos na Frelimo, é aqui onde nasceu a Frelimo. Não há espaço para um outro partido”⁴⁸. Esta conotação pode ser explicada pela própria génese do MDM. Como se pode constatar, as origens do MDM estão ligadas à

expulsão de Daviz Simango da Renamo, partido de que era membro. Simango foi proposto pela Renamo para as eleições municipais de 2003 no município da Beira, onde ele saiu vitorioso para a governança 2003-2008. Em 2008, depois de ter sido confirmado candidato pela Renamo às eleições municipais, no mesmo município, foi expulso alegadamente porque violou os estatutos do seu partido. Um estudo sobre este partido revela que é mais provável que Simango tenha sido expulso devido à rumores de que tencionava substituir Afonso Dhlakama na presidência da Renamo, o que não agradou ao líder desde partido⁴⁹. Após a sua expulsão, decidiu apresentar-se como independente nas eleições de 2008, com o apoio do Grupo de Reflexão e Mudança (GRM), que tinha obtido 39,88 % dos votos nas primeiras eleições municipais (1998). Por conseguinte, com esse apoio, a notoriedade e a legitimidade que havia conquistado no seio da população local, através da boa gestão municipal, conseguiu ganhar as eleições com 61,61% de votos⁵⁰. Em março de 2009, foi criado o MDM presidido por Daviz Simango, cujo desempenho foi evidente nas eleições autárquicas de 2013, bem como nas eleições gerais de 2014, nas quais obteve 17 assentos na Assembleia da República. Na presente legislatura (2019-2024) baixou para 6 assentos.

4. Conclusão

A presente reflexão sobre a violência eleitoral em Moçambique durante as eleições gerais de 1994 a 2019 procurou compreender as razões da exacerbada violência eleitoral nas províncias de Gaza, no sul do país, Manica, Sofala, Tete, Zambézia na região central e em Nampula no norte. Assim, sustenta-se a tese de que o alto nível de violência eleitoral em algumas províncias de Moçambique pode ser explicado pelas relações históricas conflituais latentes entre a Renamo e a Frelimo, que são mais salientes em algumas províncias e menos em outras, que ditaram o processo de construção do Estado. O principal argumento é o de que as políticas autoritárias de modernização, implementadas pelo Estado liderado pela Frelimo após a independência, criaram um sentimento anti-Frelimo na região central do país e em Nampula, no Norte, que foi aproveitado pela Renamo para criar uma base social em oposição à Frelimo. É este apoio social que faz com que a Renamo tenha bons resultados eleitorais nestas províncias, contribuindo para a competitividade eleitoral, o que tem levado à intolerância política e à fraude eleitoral geralmente a favor da Frelimo. Este facto, tem resultado em protestos que não poucas vezes culmina em altos níveis de violência. Ao contrário da região central e Nampula, no Norte, em Gaza, o alto nível de violência eleitoral pode ser explicado pelo grau de intolerância política das populações, que mais se identificam com a Frelimo. Tal facto é explicado, em parte, pelas alianças com as lideranças do partido, maioritariamente originárias naquela província. A isso se adiciona o facto da Renamo durante a guerra, a que lhe opunha ao governo da Frelimo no pós-colonial ter usado métodos muito brutais naquela província. É disso tributário, o sentimento anti-Renamo que prevalece actualmente e se manifesta nos processos eleitorais. O MDM, por sua vez, embora não seja um partido histórico, é um actor na violência eleitoral porque este partido criado em 2009, para além da sua visibilidade e aceitação em algumas províncias, tem suas origens ligadas à Renamo. Acredita-se que este percurso histórico violento dita o comportamento violento, somente porque em Moçambique os princípios da democracia ainda não são as únicas regras do jogo democrático. Nos parece razoável que para limitar as dinâmicas de violência eleitoral, uma abordagem em termos de desenvolvimento de instituições seja indispensável.

43 A. Nuvunga, «Tendências nas eleições municipais de 1998, 2003 e 2008 », In B. Weimer (Eds.) *Moçambique: descentralizar o centralismo? Economia política, recursos e resultados*, Maputo, IESE, 2012, pp. 281-99; L. de Brito et al., *Crónicas de uma eleição falhada: Moçambique, Outubro de 2014*, Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos IESE, 2015.

44 Conselho Constitucional, « Edital: apuramento geral/presidente do conselho municipal », 2014.

45 J. Hanlon e A. Nuvunga, « Resultados finais das eleições autárquicas de 2013 », *Boletim sobre o processo político em Moçambique*, n.º 2 (23/12/2014), pp. 1-18.

46 S. Forquilha, *Beira - Clivagens partidárias e abstenção eleitoral*, 18; Lázaro Mabunda, « O papel da Polícia na prevenção da violência eleitoral? O Caso das eleições autárquicas de 2013 nos municípios de Quelimane e Chókwè » (Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Eduardo Mondlane, 2017).

47 S. Forquilha, *Beira - Clivagens partidárias e abstenção eleitoral*, 18; Lázaro Mabunda, « O papel da Polícia na prevenção da violência eleitoral? O Caso das eleições autárquicas de 2013 nos municípios de Quelimane e Chókwè » (Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Eduardo Mondlane, 2017).

48 Narrativa de um dos intervenientes do grupo focal Município de Chókwè. 12 de Julho de 2021.

49 S. Chichava, « Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana? », *Cadernos IESE* n.º 02, 2010.

50 Conselho Constitucional, « Acórdão no 2/CC/2009 de 15 de Janeiro, atinente à validação e proclamação dos resultados das eleições dos órgãos das autarquias locais », Acórdão n.º 2/CC/2009 § (2009).

Diálogos de Governação  é um Newsletter do Departamento de Ciência Política e Administração Pública (DCPAP) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

NÚMERO DE REGISTO: 110/GABINFO/DEPC/210/2021

SOBRE OS AUTORES:

Para este número os autores foram: Eduardo J Siteo, Egídio Guambe e Julião Alar.

NOTA: as opiniões expressas nestes textos não vinculam à Instituição, são exclusivamente da inteira responsabilidade dos autores.

REVISOR LINGUÍSTICO: David Langa

DESIGN GRÁFICO: Chahide Filipe, mestrando em Ciência Política

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO: Carlos Bire Caixote, Domingos M. do Rosário, Eduardo J. Siteo, Egídio Guambe, Francisco da Conceição, José Jaime Macuane, Sónia Chone

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: Mestrado em Ciência Política, Mestrado em Administração Pública

© DCPAP 2021, Todos os Direitos Reservados